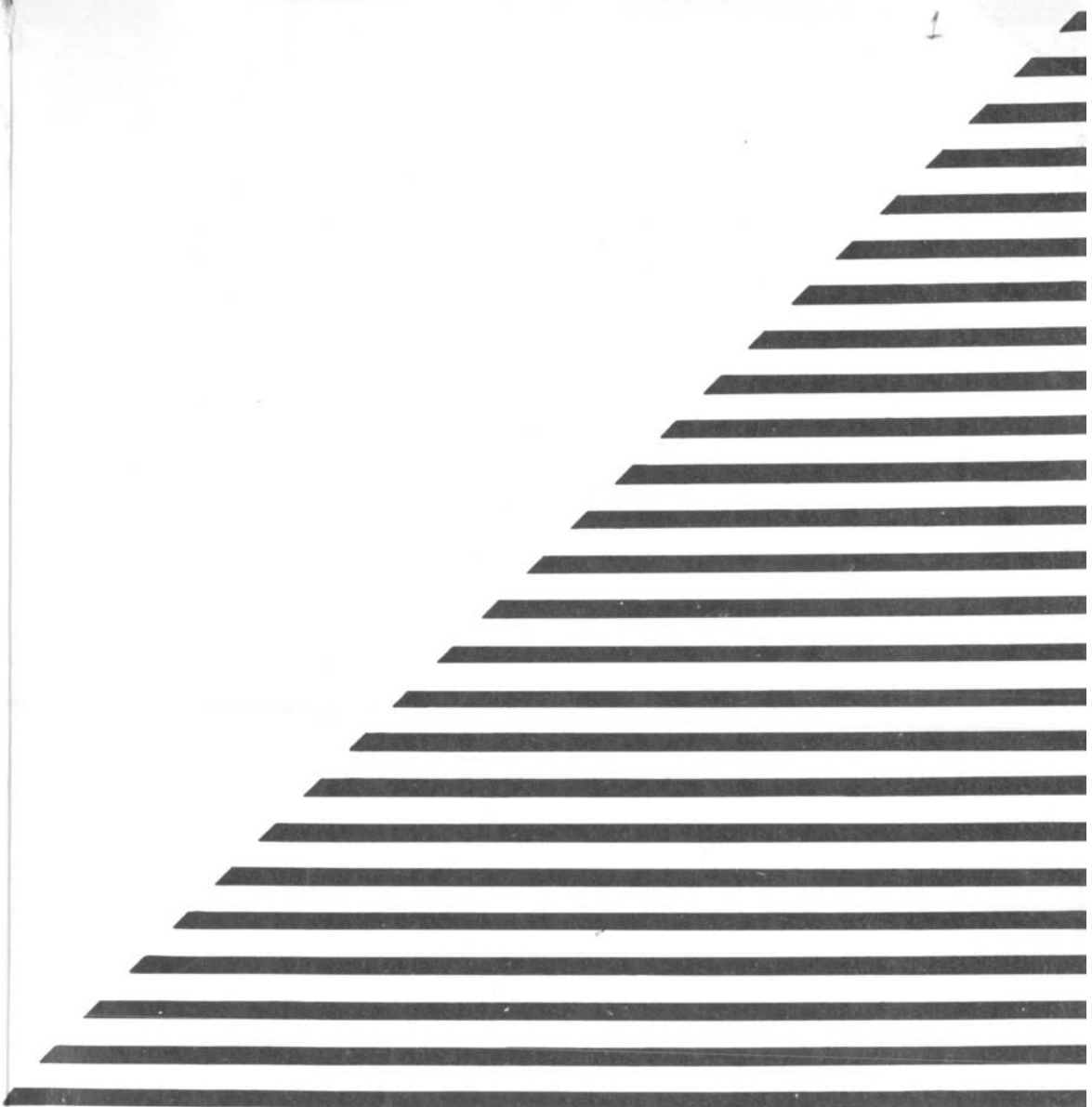


ANAIIS DO I CONGRESSO  
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA  
01



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

**ANAIIS DO I CONGRESSO  
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**

Rio de Janeiro, de 15 a 20 de outubro de 1972

## ARQUIVO E COMUNICAÇÃO — NOVA FUNÇÃO DO ARQUIVISTA: DIVULGAR

Raul Lima

Sintetiza o tema nas frases: “nova função do arquivo — divulgar” e “o arquivo comunica o passado ao presente e o presente ao futuro”. Emprésta à Comunicação valor fundamental na administração de arquivos e salienta que a função cultural dos arquivos é constituir-se meio de ligação dos arquivistas aos pesquisadores. Analisa o livro da UNESCO — *Projet de loi d'archives type: presentation et texte*. Considera a ficha como instrumento primário da comunicação e cita exemplos ilustrativos de sua experiência no Arquivo Nacional. Faz referências à Carta dos Arquivos Americanos, oriunda da reunião técnica sobre o Desenvolvimento dos Arquivos, promovida pela OEA, a qual recomenda o fomento dos meios de comunicação. Critica a posição do Arquivo Nacional do Brasil por não fazer parte do Conselho Internacional de Arquivos. Dá notícia da edição do *Mensário do Arquivo Nacional*, publicação que teve sua origem quando da oportunidade que teve de dirigir o Arquivo Nacional e relata os depoimentos recebidos de pessoas capacitadas bem como da Biblioteca Nacional de Paris, exaltando a utilidade do referido Mensário.

### ARCHIVE AND COMMUNICATION

The theme of this paper is synthesized in the phrases: “new function of the archive — make public” and “the archive communicates the past to the present and the present to the future”. The author stresses the fundamental importance of communication in the administration of archives and points out that the cultural function of the archive is to constitute a means of linking archivists to researchers. He analyzes the UNESCO publication *Projet de loi d'archives type: presentation et texte*. He considers the file card a basic instrument of communication and cites his own experiences in the National Archives. He refers to the Charter of American Archivists, a result of the technical meeting on Development of Archives, sponsored by the OAS, and which recommended the development of means of communication. He mentions the fact that the National Archives is unfortunately not a part of the International Council on Archives. He then discusses the *Mensario do Arquivo Nacional*, which represents Dr. Lima's own initiative and which has received the encomium of various individuals and institutions in Brazil and abroad.

### ARCHIVE ET COMMUNICATION

Il synthése le thème dans les phrases: “nouvelle fonction de l'archive: divulguer” et “l'archive communique le passé avec le présente et le présent avec le futur”. Il prête à la communication une valeur fondamental dans

l'administration de l'archive et il rend saillant que la fonction culturelle des archives est d'établir un moyer d'union entre les archiviste et les chercheurs. Il analyse le livre de la UNESCO: "Projet de loi d'archives type: présentation et texte". Il considère la fiche comme le principal instrument de la communication et il cite des exemples qui éclaireissent son expérience dans l'archive national. Il se rapporte à la lettre des archives américains, originaire de la réunion technique sur le développement des archives, qui a été promue par le OEA, qui recommande de fomentier les moyens de communication. Il critique la position de l'archive national du Brésil de n'être pas entré dans le Conseil international d'archives. Il donne le renseignement de l'édition de la publication mensuelle de l'archive national, qui eut son origine quand il eut l'ocasion de diriger l'archive national et il mentionne les temoignages reçus de personnes capables comme de la bibliothèque nationale de Paris, en exaltant l'utilité de cette publication mensuelle.

### *Relato de uma experiência no Arquivo Nacional*

O arquivo comunica o passado ao presente. A frase, um tanto retórica, se bem que real, uma afirmação, não é minha, ouvi-a não me lembro de quem ao dizer-lhe o tema desta palestra. Poderia ser completada, no mesmo tom, com o corolário — comunicará o presente ao futuro. E ambas não constituem um truísmo, algo que sempre tenha sido pacificamente aceito, pois a muitos pareceu e talvez ainda pareça que a função do arquivo é apenas arquivar.

Foi um gracejo fácil, ouvido muito até de pessoas cultas, quando assumi a direção do Arquivo Nacional, na melhor das hipóteses em tom de pergunta, que eu agora estava arquivado. E a freqüentíssima confusão de nomes, Arquivo e Museu, com a conotação que também muito geralmente se dá aos Museus como depósitos mortos, é outra demonstração daquele entendimento.

No serviço público o "arquite-se" é uma sentença de morte para o documento, é pôr uma pedra em cima do assunto, ainda que se trate de um processo em curso. Assim o arquivista ficou, no passado, como uma espécie de coveiro, suas fichas sendo verdadeiras lápides.

Este conceito persiste em relação aos arquivos de custódia, pois aos correntes não há quem deixe de atribuir uma função extremamente dinâmica e vital para a boa condução dos negócios públicos e privados.

A escassa importância que países subdesenvolvidos dispensaram à preservação de sua documentação oficial e particular de interesse histórico é responsável pela destruição ou perda de subsídios valiosíssimos que uma gradativa evolução cultural passa a reclamar. O Brasil não fugiu à regra e podemos dizer, sem exagerada ênfase, que verdadeiros tesouros documentais foram perdidos e outros estão condenados ao mesmo destino. Mas é de reconhecer que jamais houve tanto interesse voltado para a

arquivística — inclusive a formação profissional adequada do arquivista com a inevitável conseqüência da valorização da carreira tão menosprezada na legislação do funcionalismo — e aconteceram ao mesmo tempo tantas coisas tão promissoras neste campo.

Numa compreensão limitada, restrita, das atividades de comunicação num arquivo, o máximo que se recomenda é a de divulgar documentos.

A UNESCO publicou, no ano passado, “Projet de loi d’archives type: presentation et texte”, da autoria de Salvatore Carbone e Racul Guêze, traduzido do italiano por Elisabet Houriez.

É uma excelente orientação para os novos países independentes e para os que tenham de atualizar sua legislação arquivística.

No projeto há um capítulo, Comunicação e Publicidade, no qual, além de dispor sobre o livre acesso às fontes documentais conservadas nos arquivos gerais da nação, os arquivos do Estado, as seções de arquivos do Estado, os serviços históricos relevantes dos ministérios de relações exteriores e da defesa, e as fontes documentais declaradas de grande interesse histórico de que são proprietários, possuidores ou detentores organismos privados e pessoas, se estabelece que são comunicadas gratuitamente para fins científicos.

Na apresentação os autores acentuam:

“A comunicação se reveste, no quadro geral da administração de arquivos, de um valor fundamental, porque a função cultural dos arquivos tem o meio, graças a ela, de se estender dos arquivistas ao conjunto de pesquisadores.”

Depois de se referirem às exposições, aos congressos, às visitas escolares, etc., escrevem que essas iniciativas das administrações dos arquivos, muito úteis à cultura, não bastam, pois acabam por subordinar qualquer interesse externo à própria administração e aos dos usuários do bem cultural confiado a uma “corporação” que se torna exigente por sua posição privilegiada.

Levantando a importante questão de saber se é possível descobrir, nas formas de atividade dos serviços de arquivos, outros aspectos além dos tradicionais, prosseguem os autores: “Parece-nos lógico responder que, para valorizar inteiramente as fontes documentais, a atividade dos arquivos deve se concretizar também em outras formas, das quais a principal é precisamente a comunicação.” Eis a palavra mágica consagrada, com este acréscimo: “Por esse serviço cultural, o arquivista tem a possibilidade de verificar as fontes documentais favorecendo-lhes a utilização para os fins de pesquisa histórica e da proteção dos interesses públicos.”

Não nos esqueçamos de que em arquivos o termo comunicação tem uma significação própria. Os autores esclarecem: “Considerada sob o aspecto de uma progressão no tempo, ela é o resultado de uma soma de elementos anteriores entre os quais se pode ressaltar componentes legislativos e científicos. O fator legislativo é representado pelas regras que disciplinam as comissões de controle, os recolhimentos, assim como, veremos em seguida, os prazos da publicidade; o fator científico é caracterizado pelas classificações, guias, inventários, fichários, etc., isto é, pelos instrumentos de pesquisa.”

Sua característica mais aparente é a síntese desses elementos, destacando-se aí então o papel obscuro e valiosíssimo do arquivista que guia e conduz o pesquisador ao encontro das fontes que ele busca.

Creio podermos dizer que o instrumento primário de comunicação do arquivo é a ficha. Ao lê-la, o consultante tem a notícia da existência do documento, do conteúdo e da localização. Daí a necessidade de que seja clara e exata, pois do contrário produzirá a desinformação. Esta se agravará se o arquivista acrescentar ao documento alguma anotação que corresponda não a fato comprovado inquestionavelmente em outro documento mas a uma dedução ou a uma impressão pessoal.

Vale a pena ilustrar com um fato.

Pela leitura de dois pareceres da Comissão de História Política do recente Congresso de História da Independência do Brasil, viu-se que pelo menos duas teses focalizaram as Cartas Régias de Dom João VI ao Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara, datadas de 1º, 2 e 6 de agosto de 1822.

Numa das teses, tais Cartas, cujos originais se encontram no Arquivo Nacional, seriam até então inéditas. *Data venia*, não o eram todas, pelo menos as cinco datadas de 1º e 2 de agosto já em 1829 apareciam no “Suplemento ao Apêndice da Crônica Autêntica contendo Memoráveis Atos del Rei D. João VI, desde o seu Decreto de Convocação de Junta de Cortes no Rio de Janeiro até a Recuperação da Autoridade Real em Lisboa”, de José da Silva Lisboa, Vol. 4, págs. 110 e seguintes.

A respeito de outra tese, escreveu o relator: “Adota a Autora a opinião de que as Cartas em número de 5, de D. João VI, escritas a 1º, 2 e 6 de agosto” — aqui interrompemos a citação para observar que, nesse caso, seriam 6 e não 5 — e continuamos: “somente chegaram a ser entregues a D. Pedro aqui no Rio de Janeiro, depois de 7 de setembro — apesar das declarações em contrário dos companheiros de viagem de D. Pedro a São Paulo — interpretação sua atualmente muito difundida.” Também *data venia* tais companheiros não afirmam que tenham sido aquelas Cartas os documentos entregues na colina do Ipiranga.

Ainda antes de encerrar-se o conclave, o Arquivo Nacional lançou edição fac-simile das 6 referidas e discutidas Cartas e os dois anexos a uma

delas, com apenas uma breve nota de apresentação em que a declara destinada e em homenagem ao Congresso de História da Independência. E então o seu Diretor prestou uma informação sobre a maneira como se achavam arquivados esses documentos, a qual pode ter induzido historiadores à dúvida que se depreende existir no parecer citado.

Em 14 de abril de 1928, um arquivista, cujo nome preferimos deixar de citar porque não procedeu conforme a técnica, declara ter tido a iniciativa de mandar encaderná-las. E nessa encadernação elas permaneceram, com um dos anexos inconvenientemente dobrado, e antecedidas desta nota: "Seis Cartas Régias de Dom João VI ao Príncipe D. Pedro. São elas: três do 1º, duas de 2, e uma de 6 de agosto de 1822. Pelas datas e pelo assunto devem ser as que D. Pedro recebeu, quando se achava à margem do Ipiranga e então soltou o Grito da Independência".

Ao decidirmos editá-las, em vista da escassa divulgação que tiveram, chegou a ocorrer-nos o título sugestivo — "As Cartas respondidas com o Grito". Referindo-o ao mestre Pedro Calmon, advertiu-nos ele sobre a escassez do tempo entre as datas das Cartas, sobretudo a última, e a da chegada do brigue *Três Corações* ao Rio de Janeiro, que as teria trazido, a 28 de agosto de 1822. Consultada a autoridade em história naval que é o Comandante Max Justo Guedes, respondeu que efetivamente, à época, os navios faziam o trajeto em quase dois meses e não era de crer que os ventos tivessem sido tão violentos que reduzissem esse tempo a apenas 22 dias.

Varnhagen, aliás, foi bem claro ao dizer, na "História da Independência do Brasil": "Essas resoluções, que só vieram comunicadas oficialmente muito depois, em cinco cartas régias dirigidas ao príncipe em datas de 1º e 2 de agosto..." (pág. 202).

O que tem acontecido é que, havendo o mesmo Visconde de Porto Seguro feito, em seguida a essa afirmação, um resumo das cinco Cartas publicadas por José da Silva Lisboa na obra acima citada resumo que tem sido utilizado por muitos historiadores — as notícias referentes às decisões que as Cartas de Lisboa se dispunham a tomar, chegadas pelo mencionado brigue *Três Corações* e transmitidas pela Princesa D. Leopoldina e José Bonifácio de Andrada e Silva em Cartas despachadas ao encontro do Príncipe, em São Paulo, as notícias, repetimos, passaram a ser confundidas com as próprias Cartas Régias, conforme ainda na semana do Congresso foi publicado em conhecido semanário.

(Mais tarde, um grande jornal gaúcho que lançou excelente suplemento, reproduziu-as sob o título de "Os papéis que D. Pedro amassou.")

Por haver sido o códice pouco consultado, até que as presentes comemorações do Sesquicentenário da Independência provocassem um revolvimento de papéis para exposições e atendimento a pesquisadores em busca de documentos porventura inéditos, não cremos que a anotação anônima nele colada seja a grande responsável por essa confusão. Mesmo

assim, impunha-se eliminá-la e nada melhor, não haveria ocasião mais oportuna, do que, sem intuito ostensivamente retificatório do que se tem escrito, o Arquivo Nacional cumpriu o dever de fazer, difundindo em reprodução autêntica as sesquicentenárias. Cartas Régias plenamente justificadoras do Grito memorável.

Voltando à ficha, tantas vezes seja lida tantas vezes estará comunicando. Se impressa em catálogo, sua comunicação estará multiplicada  $n$  vezes. Se o próprio documento é publicado, estará realizada a comunicação mais ampla, se é difundido por um dos veículos da comunicação de massa, estará atingida a plenitude de sua função probatória, esclarecedora, educativa.

Na literatura histórica, porém, a divulgação e determinado documento pode induzir a erro. É o caso da correspondência ativa se não se conhece a passiva. E aí vai outro exemplo.

Determinada carta da famosa e talentosa Condessa de Barral ao Barão de Penedo, em que a missivista se queixava de que o ilustre diplomata do Império estivera em Roma, onde ela então se achava, e não fora visitá-la, levou o biógrafo do Barão à crença de que este estivera na capital italiana, e extrapolou andadas a reflexões que fizera pelas vias romanas. No entanto, carta de resposta do nobre representante do Império junto à Corte Britânica explica que a suposição da Condessa, resultante da encomenda de um busto, não era real pois não fora ele posar no atelier do escultor, sim apenas lhe mandara retratos.

Assim, muitos erros têm sido cometidos e reproduzidos.

Convidado pela Fundação Getúlio Vargas para dar aula sobre este tema em seu curso de "Informação, Documentação, Comunicação", sentia a falta de um embasamento teórico e falta de tempo para releitura e leitura de autoridades em que pudesse apoiá-la, quando me chega às mãos o nº 76, do 1º trimestre deste ano de "La Gazette des Archives", órgão da Association des Archivistes Français, com um relatório de Jean-Pierre Babelon, Conservador do Museu de História do Arquivo Nacional da França, apresentado ao XVII Congresso Nacional dos Arquivos da França, em outubro do ano passado, em Paris. Dele me ocuparei longamente no curso deste trabalho.

Na Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento dos Arquivos, promovida pela Organização dos Estados Americanos, em agosto último, em Washington; a Carta dos Arquivos Americanos, então aprovada, recomenda o fomento dos meios de comunicação como um dos instrumentos para que a profissão de arquivista aumente em conhecimento, crédito e posição. Devem eles comunicar-se mais entre si, compartilhando experiências e investigações, mantendo relações estreitas com seus colegas nacionais, regionais e internacionais pois não devem permanecer isolados da corrente geral do mundo arquivístico.

Neste particular, jamais compreendi porque o Arquivo Nacional do Brasil, apesar da sua relevante importância, não fazia parte do Conselho Internacional de Arquivos, órgão da UNESCO, ficando assim um tanto fora daquele mundo.

Especificamente sobre Publicações, a Carta mencionada, que traduz a primeira iniciativa importante da OEA em relação aos arquivos dos Estados-membros e mais de vinte anos de seu serviço especializado, observa:

“Passando do campo nacional ao interamericano, as publicações adquirem um caráter de comunicação que se projeta, imediatamente, no campo internacional. O labor dos arquivistas plasmado nos guias, inventários, catálogos, estudos, manuais, deve ser feito com a idéia de que seu âmbito de leitores tem dimensões que ultrapassam as fronteiras do país que o produziu. É grande a ânsia de informação que existe no mundo em relação com os arquivos e arquivistas americanos”.

Como recomendação, o documento prevê a publicação de um Boletim Interamericano de Arquivos, que sirva de comunicação constante entre os arquivistas americanos, e ser editado pelo Centro Multinacional de Formação de Arquivistas, instituição que funcionará na Universidade de Córdoba, Argentina, e deverá ter outras atividades no campo de edições técnicas e informativas.

Voltando ao relatório, citado, de Jean-Pierre Babelon ao XVII Congresso Nacional de Arquivos da França, baseado num inquérito junto a 85 arquivistas, vemos que o autor assinala inicialmente que embora se trate de atividades que ultrapassem a tarefa primordial do arquivista, para quem não constitui teoricamente mais que um “epifenômeno”, como frisaram vários respondentes de inquérito, o problema das relações com o grande público assume, na hora atual, uma importância vital porque ressalta a realidade de sua missão cultural, e condiciona o papel que desempenha e desempenhará no mundo.

As respostas — 9 do Arquivo Nacional e 76 dos arquivos — departamentais e comunais — e o caráter mais aprofundado da maioria delas mostraram, em conjunto, como as relações com o público apresentam a todos os arquivistas um problema que eles procuram resolver diferentemente em função das situações locais, mas também segundo seus gostos pessoais e as maneiras particulares de promoção cultural para as quais seu temperamento os inclina.

Dois planos bem diferenciados mas que na prática foram reconhecidos como se conjugando: contribuição à cultura, enriquecimento intelectual dos contemporâneos e sobretudo da nova geração e o aspecto considerado vulgar, publicitário, isto é, tornar mais conhecida a função do ar-

quivista, suas atividades, os serviços que presta, a melhoria da imagem, enfim, resposta pronta à interrogação do público: para que arquivos?

A primeira indagação sobre se a promoção cultural é uma das tarefas do arquivista foi desdobrada em outras sobre se é proveitosa para o público, se é possível hoje pelos serviços de arquivos, diferentes formas de realização.

O relatório menciona respostas excelentes, como a de M. Clonlas, aludindo à verdadeira educação cívica, sem compromissos nem propaganda, fundada na verdade dos fatos:

“Cabe aos arquivos retomar em profundidade: essa transmissão (de conhecimentos pela imprensa ou o rádio e televisão) muito geral e apressada e colocar diante de cada um de nossos concidadãos os meios de se forjar uma visão dinâmica da história da sociedade em que vive”.

Na mesma linha se coloca M. Gerard, de Meurthe-et-Moselle, atribuindo aos Arquivos atividade científica, como laboratórios de história, missão cultural de primeira importância levando ao grande público o seu patrimônio documental.

Aprecio muito sua concepção de arquivos — abertos a todos e a serviço de todos, onde cada um se sente compreendido e ajudado em sua pesquisa.

“Não são um templo reservado apenas aos especialistas da pesquisa histórica, que têm ali seu lugar muito legítimo. Existem para formar nos homens um julgamento seguro, dando-lhes informações completas, precisas e honestas e preparando-os plenamente para o seu papel de cidadãos”. Em suma, centros de instrução cívica, centros de psicossociologia de História, como conclui.

Mme. Ducleuzeau advertiu aos arquivistas não serem considerados inúteis, para isso comunicando suas atividades, atingindo um público cada vez mais amplo.

Tocando num problema ainda mais agudo no Brasil — o do enfraquecimento do ensino da história nos programas escolares, M. Wilsdorf acentuou que “a missão mais alta dos Arquivos é servir à história”.

Não se pode esperar muito dos que não estão empenhados na tarefa que me desagrada dizer — guardar — mas, sim, revelar e comentar documentos.

Aliás, por isso mesmo citávamos há pouco um antigo relatório desse eminente brasileiro e homem de gosto que é o embaixador Maurício Nabuco, sobre a reorganização do arquivo do Itamaraty. Escreveu ele:

“Os arquivistas, habituando-se a lidar com grande número de papéis, antigamente tratados como confidenciais, perdem por eles a curiosidade.

Dá-se aí fato parecido com o que se repete nas confeitarias, em que o pessoal, tendo a princípio licença de comer quanto chocolate quiser, em pouco tempo o enjoa e não o prova mais.”

Transcrevemos o trecho e lançamos a advertência: “Arquivista, não perca a curiosidade”. Poderíamos ter dito, Não perca o apetite.

É que, tendo promovido, no ano passado e neste ano, um concurso, para universitários, de pequenas monografias sobre episódios ou vultos da Independência, com a condição de se basearem em pesquisas, predominantemente em papéis inéditos no Arquivo Nacional, que os possui em quantidade até insuspeitada, o resultado foi melancólico: um candidato em 1971, nenhum, em 1972, que tivesse cumprido o requisito.

O segundo item sobre que versou o questionário de Babelon foi saber se a promoção cultural é materialmente possível para cada diretor de serviço de arquivos na situação atual, tendo em conta seu tempo, pessoal, número de colaboradores, locais, instalações, verbas.

Ai, como sei que é penoso. Aparece o repórter que, informado de uma operação rotineira de desratização quer saber quantos ratos foram mortos, quantos restam, e se fixam nisto, numa imagem negativa porque instila o receio nos eventuais doadores de arquivos particulares de valor histórico.

Evidentemente não podemos vasculhar os arquivos em busca apenas do pitoresco, do escandaloso para servir ao apetite deformado. Nossa missão é mais alta.

E sempre se consegue algo, com pertinácia e imaginação — as duas qualidades fundamentais no servidor público.

M. Rigault adverte: “Numa grande cidade, e em particular numa cidade universitária, seria ridículo para o arquivista querer ser o centro de tudo”. E em seu arquivo, na Côte-d’Or, a frequência de leitores é bastante grande para que seja necessário buscar o público.

De toda maneira, o relator considera dever do arquivista promover uma política de animação cultural e passa a apreciar diferentes formas de intervenção começando pelas exposições, estatisticamente a mais utilizada.

Indica as conferências, a públicos diversos, as publicações, as visitas às galerias, os centros de documentação, os serviços educativos e outras iniciativas inspiradas pelo gosto pessoal de alguns arquivistas, compreendendo uma variada gama de especialidades que resultam no enriquecimento da profissão em si mesma.

Entretanto, outros reprovam esses tipos de atividades, considerando-as impróprias ou então alegam a falta de pessoal e recursos apropriados.

É o espírito burocrático sufocando a imaginação, reclamando textos legais que mandem expressamente fazer o que as circunstâncias recomendam e nada legalmente impede.

Insurgindo-se contra a formação chartista (da École de Chartes) que levou os arquivistas franceses a ignorar, ou mesmo desprezar a “publicidade” dos Arquivos, Jean-Pierre Babelon considera na hora atual, mais que outrora, que nenhuma instituição, nenhum organismo pode continuar a viver e, com maior razão, progredir, se aceita ser ignorado e se persevera em fechar-se na obscuridade e no hermetismo, ainda que seja de erudição histórica, citando duas grandes decisões no domínio da comunicação de massa: o Vaticano e o Grande Oriente, sociedade secreta.

As respostas ao questionário sobre esse ponto foram abundantes em ironia. O arquivista, escreve o relator, deve ser um desses velhos pintados por Rembrandt decifrando um manuscrito misterioso na penumbra, ou um rato retirado do mundo em algum queijo que ele rói à *journée faite*.

As marcas do Arquivista seriam, na denúncia de Braibant, citada no documento, “O ceticismo, a timidez e a avareza”.

Passando às medidas sugeridas para melhorar a imagem, tirar os Arquivos do esquecimento, fazer conhecer suas tarefas essenciais, apresentá-los como uma administração moderna, eficaz, que ultrapassa o contemporâneo e tem o seu eixo no serviço público, indica a necessidade de que os Arquivos Nacionais tenham um serviço de imprensa em sua estrutura, para a tarefa de fazer conhecer, fazer saber.

Recomenda também a melhoria das publicações dos Arquivos e a difusão dos seus títulos, as condições de acolhimento de leitor. Sobre este ponto tenho o prazer de mencionar que a Sala de Consultas do Arquivo Nacional está sendo aparelhada para ter ar condicionado, proteção contra o ruído, iluminação abundante.

A noção da necessidade de publicação de documentos, mesmo limitada, como disse atrás, não faltou, por exemplo a José Feliciano de Castilho, incumbido por nossa patricia D. Maria da Glória, Rainha de Portugal, de reorganizar o Arquivo da Torre do Tombo, ao considerar este “um vastíssimo depósito de notícias” e indicar a necessidade de levar essas notícias à Nação “pelo intermédio competente da imprensa”.

Na verdade, sempre cuidaram diretores de arquivos de editar volumes contendo coleções ou miscelâneas de documentos ou catálogos, indispensáveis instrumentos do trabalho.

Também alguns arquivos ilustres mantêm exposições de documentos, transmitindo cultura pela forma de desferir certo impacto visual. O da França dispõe de artístico e admirável museu, num dos palácios que ocupa, e o de Viena tem dia certo para visitaçào no programa turístico local.

Creio, porém, que as funções comunicantes do suposto cemitério de papéis podem ser bem mais amplas, visando: atrair e incentivar pesquisa-

dores e relacioná-los entre si, difundir conhecimentos históricos exatos, expressos nos documentos, não só em relação a episódios e vultos sisudos mas também pitorescos ou simplesmente curiosos; transmitir orientação técnica a outros órgãos que se encontrem em plano inferior, sob esse aspecto; praticar um intenso e saudável intercâmbio com instituições afins.

Salvo nas grandes capitais onde a sede do Arquivo é um palácio monumental, como em Washington, no qual com uma solene escultura se lembra que “o passado é o prólogo” como disse Shakespeare, ela é geralmente ignorada. Dificilmente um motorista de táxi a quem se pede levar ao Arquivo sabe o local onde se encontra.

Não sei até que ponto a situação do órgão sediado no prédio da nossa praça da República 26 terá melhorado nesse particular, de algum tempo para cá, com as setas que o prestimoso Touring Clube do Brasil colocou e nas quais acrescenta um detalhe de interesse histórico — a de que o velho edifício foi, no começo do século passado, moradia senhorial do Barão de Ubá.

Não tendo os Arquivos possibilidades de comunicar sequer mínima parte do conteúdo dos seus acervos, o pesquisador que os procura desempenha um papel de utilidade pública que deve ser estimulado a todo custo.

O professor de história ou o historiador que investiga os fatos consultando os próprios documentos informativos, em vez de ficar apenas repetindo o que já se acha publicado, é um benemérito. Está investindo sem possibilidade de auferir outros dividendos além dos de prazer intelectual. Para os autores de obras históricas não há prêmios, praticamente. Dificilmente encontram editores e, quando encontram, as tiragens são muito reduzidas para serem remuneradoras.

Entretanto, a mentalidade de dirigentes de arquivos, vocacionalmente historiadores e portanto ciosos daquilo de que são guardiães, tendendo ao desejo do uso individual, ou demasiado tradicionalista, nem sempre entendem assim e criam restrições lamentáveis. Uma delas, inspirada por uma concepção curiosa de respeito aos papéis antigos, ou à casa que os guarda, tem sido a exigência de trajes para acesso às salas de consulta. Exigências européias de palitô e gravata transportadas para o nosso patrópi. Não muito antes de que até para receber a Sagrada Comunhão, nos templos católicos, fosse permitida a calça comprida das mulheres, era ela proibida no Arquivo Nacional.

Também a noção de que a História é algo demasiado sério para não ser banalizado, envolvendo nisso os depósitos das fontes primárias, parece ter influído para abstenção de servir-se de meios de comunicação de massa para a divulgação do que precisa ser divulgado em benefício de cultura popular. Um excesso de pudor.

No entanto, como órgão de atividades-fins os Arquivos têm o dever de informar suas finalidades, seus préstimos, suas realizações e de levar ao maior público possível as revelações e os testemunhos de que são depositários. Considero este ponto dogmático: o contribuinte tem o direito de saber para que servem as repartições que ele mantém, porque apenas conhece bem aquelas que lhe exige o cumprimento de obrigações, principalmente as fiscais.

Infelizmente não há muita facilidade para isso. Na guerra pela obtenção do espaço nos jornais e nas revistas e do tempo nos rádios e televisões, a chance de órgãos culturais é reduzida. Suas notícias têm muita dificuldade de serem notícias. Não obstante, os dois diários de maior circulação no Rio de Janeiro publicam, em suas páginas de divulgação de locais de recreação e cultura, guias para os habitantes e visitantes da cidade, a indicação do Arquivo Nacional. E um deles diariamente o tema da exposição que se acha aberta no saguão. É de lamentar que não possa ser vista aos sábados e domingos, pois se encontram sempre, remanejados cada mês, documentos expostos em vitrinas. Essas exposições, cujo início raramente é anunciado pela imprensa, apesar das notas que lhe são enviadas, são normalmente apreciadas por pessoas de todas as idades e diferentes classes sociais que passam, nos dias úteis, diante da sede do órgão e são atraídas, mesmo na ausência de impacto visual e de qualquer sofisticação na exibição. Embora o livro de visitas recolha apenas uma parte reduzida de assinaturas, estas somaram, de janeiro a 31 de agosto deste ano, 2.785.

Receio dar a esta comunicação um tom muito pessoal, mas o que não poderia fazer seria uma tese de tom professoral. Daí insistir em que se trata mais de um relato de experiência, e não direi individual, mas de grupo.

Quando me decidi a aceitar o desafio — apresentado em termos de um convite ao remanso de que a idade já me fazia merecedor — de dirigir o Arquivo Nacional, verifiquei que sua atividade editorial, em 132 anos de vida, limitava-se a uns sessenta volumes miscelânicos ou contendo monografias, número indeterminado de publicações avulsas, 22 publicações técnicas e algumas outras consideradas Instrumentos de Trabalho. Dei pela falta de um periódico que se constituísse em instrumento de comunicação e intercâmbio com outros arquivos, instituições de cultura histórica, universidades, pesquisadores.

Decidi criar o “Mensário do Arquivo Nacional”, ainda que fosse um pobre Gibi impresso em mimeógrafo. Houve quem ponderasse que a periodicidade parecia demasiado curta. Mais tarde, já recentemente, um historiador uruguaio que nos visitou considerou-me demasiado peludo, corajoso. Realmente verifiquei depois que nenhum Arquivo publica Mensário, mas, na ocasião de criá-lo, considerei que para uma periodicidade maior teria que ser uma revista — fora do alcance da repartição.

Delinee o programa da publicação na Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 1970, que dispõe:

“Resolve instituir o “Mensário do Arquivo Nacional” (MAN) destinado a servir de instrumento de comunicação interna, para conhecimento mútuo dos trabalhos executados nos diversos setores da repartição, assim como de informação ao público e intercâmbio com os órgãos de atividades afins.

O “Mensário do Arquivo Nacional” publicará:

I – Atos dos poderes públicos que digam respeito, direta ou indiretamente, ao Arquivo Nacional, à arquivística de modo geral e à documentação histórica;

II – Atos da Diretoria do Ar.N.;

III – Súmula dos trabalhos dos órgãos do Ar.N.;

IV – Súmula das atas e o texto dos pareceres do Conselho de Administração de Arquivos;

V – Registro de incorporações de documentos aos fundos;

VI – Registros de obras e periódicos incorporados à Biblioteca;

VII – Informações sobre a movimentação de pessoal;

VIII – Registro de Efemérides de significação para o Ar.N. e para a História Pátria;

IX – Documentos inéditos relacionados com as Efemérides registradas;

X – Recensão de obras técnicas no campo da arquivologia;

XI – Conclusões de Congressos, Conferências, Simpósios e Seminários que interessem ao Ar.N., à Arquivologia e à utilização do conhecimento da história pátria na educação cívica do povo brasileiro;

XII – Programa dos Cursos ministrados;

XIII – Sumário das obras lançadas e juízos críticos sobre as mesmas;

XIV – Demais matérias de interesses para as finalidades do Ar.N., a juízo do Diretor.

A coordenação de toda a matéria destinada ao MAN ficará a cargo do Assistente do Diretor e a editoração e distribuição cabem à Turma de Publicações do Serviço de Pesquisa Histórica.

O número de páginas e a tiragem do MAN serão estabelecidos pelo Diretor em condições de atender às finalidades da publicação, definidas acima.”

A estatística a seguir, relativa aos 32 números editados, o último é de agosto, a publicação está rigorosamente em dia, mostra até que ponto a execução tem sido fiel ao plano apressadamente traçado:

|                                 |       |
|---------------------------------|-------|
| Números editados                | 32    |
| Total de páginas                | 1.379 |
| Atos oficiais                   | 68    |
| Artigos assinados               | 23    |
| Documentos revelados            | 17    |
| Trabalhos de Técnica de Arquivo | 6     |
| Conferências e discursos        | 3     |
| Relatórios                      | 22    |
| Transcrições                    | 30    |
| Cartas dos leitores             | 18    |
| Registro de Efemérides          | 11    |
| Notas bibliográficas            | 21    |
| Notícias                        | 158   |
| Ilustrações                     | 81    |

Na publicação de Atos oficiais, na grande maioria os do Diretor, e de relatórios, assim como de notícias, está aquela permanente prestação de contas do administrador, a que já me referi.

Não quero alongar-me na análise da matéria inserida naquelas páginas, mas chamar atenção apenas para duas seções constantes em todos os números comuns, as que na estatística figuram como "Documentos revelados" e "Fichas de Pesquisadores". À primeira, creio que num momento de inspiração feliz, dei o título de "A Vida dos Documentos". É isto. O documento jazia desconhecido, sepultado. Contém um interesse. Copiado ou fotografado, vive, vem a público, transmite uma informação, um testemunho exato, comunica um fato, um parecer. A outra seção, cujo conteúdo está resumido nos dados sobre Fichas de Pesquisadores, tem o título, igualmente bem bolado — desculpe-se a imodéstia —, de "Quem está pesquisando o que". Um ovo de Colombo, mas é preciso ter ouvido ou lido o que se tem achado dessa informação, o mérito e o préstimo que lhe têm sido atribuídos.

Vim a conhecer depois as publicações sobre as pesquisas em curso, editadas por esse admirável Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, mas me parece que, quando são lançadas, já as pesquisas foram concluídas. E já um radialista nos pede que, em vez de divulgados mensalmente os nomes, endereços, qualificações dos pesquisadores e o tema e finalidade de suas pesquisas, isto fosse feito diariamente para permitir de modo imediato aquilo que em muitos casos está acontecendo — a permuta de informações, o entendimento entre lavradores das mesmas searas, afora o conhecimento do que do nosso passado está sendo motivo de interesse dos estudiosos.

Portanto, a sugestão que fazem a respeito os autores do Projeto de Lei de Arquivos-tipo, Carbone e Guêzes, já vem sendo executada há

quase três anos. Adiantam eles que se deve também anotar os fundos e séries consultados. Temos divulgado os outros locais de pesquisa.

E exultamos com a leitura deste trecho perfeitamente confirmatório da experiência iniciada com a nossa divulgação de "Quem está pesquisando o que": tais anotações "evitam pesquisa em duplicata, permitem pôr em contato os indivíduos que se interessam pelas mesmas questões.

Criticando a distinção errônea entre arquivos históricos e arquivos administrativos, que teve conseqüências incalculáveis durante o século XIX, porque se negligenciou de recolher e conservar as fontes documentais da época contemporânea, fenômeno que está acontecendo no Brasil por falta de uma legislação hábil e sobretudo a impossibilidade em que se vê o Arquivo Nacional de reclamar mesmo o cumprimento da que existe, os autores do Projeto defendem também a redução dos prazos para publicidade dos documentos modernos, dados os novos campos de curiosidade científica que se abriram, as categorias novas de usuários desejosos de se documentarem sobre questões contemporâneas atípicas.

A este propósito, sendo os papéis modernos existentes no Arquivo Nacional apenas papéis públicos ou, se privados oferecidos sem imposição de prazo para serem consultados, era de ver a decepção de um jovem repórter que certo dia nos procurou para fazer matéria, encomendada por seu jornal, sobre os documentos secretos existentes na Casa, quando lhe respondemos que não os havia. Os que foram secretos, ao seu tempo, não são mais, tantos foram os anos que passaram sobre eles.

Dentro do espírito de relato de uma experiência, talvez caiba transcrever alguns depoimentos sobre uma nova projeção assumida pelo Arquivo, graças ao esforço de seu pessoal, e, em particular, sobre a divulgação dos nomes e dos objetivos científicos dos pesquisadores.

O professor Roderick James Barman, da British Columbia University, de Toronto, Canadá, informou que em reunião da American Historical Association, em Nova Iorque, os participantes que, como ele, têm pesquisado no Arquivo Nacional, concordaram em louvar o que se vem fazendo, e acrescentou: "Acho que a condição do Arquivo Nacional agora excede a de muitos arquivos da Europa".

A Biblioteca Nacional de Paris, havendo recebido os primeiros números do "Mensário do Arquivo Nacional", formulou um agradecimento especial e acrescentou que, dado o interesse despertado por essa publicação, o Departamento de Periódicos tinha empenho em recebê-la regularmente.

O prof. Ricardo Caillet Bois, Diretor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, felicitou-nos por "informar numa forma tão precisa a obra que, no setor cultural, leva a cabo o Arquivo".

O ilustre e sábio brasileiro que é Luís da Câmara Cascudo escreveu “Melhor e viva informação útil entre a folharia impressa do turbilhão carioca”.

O historiador e Embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Sérgio Correia da Costa, considerou o Mensário utilíssimo: “... reuniu além do indispensável registro dos atos administrativos — uma soma de informações de maior valia. “Quem está pesquisando o que” veio suprir uma lacuna que reclamei há 20 anos”.

A saudosa cronista Eneida escrevendo sobre o MAN em sua coluna “Encontro Matinal” no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro de 15-9-79, destacou “a seção que é muito interessante: “Quem está pesquisando o que”. No número de junho há pesquisadores de antepassados, mas há outros que pensam na coletividade e procuram saber sobre a Escravidão no Brasil, sobre Colonização, Sesmarias de São Paulo, etc. É uma seção como se vê de gente que gosta de pesquisar e aprender”.

O advogado e escritor, Raul Floriano julgou o boletim: “Excelente, minucioso, instrutivo. É um Voronoff estimulador para pesquisas da História Nacional. Dá vida à instituição e a transforma num centro de turismo intelectual ou de aprendizagem positiva”.

O jurista Hélio Fonseca, do Ministério da Justiça, depôs: “... considero essa divulgação peça valiosíssima para despertar em nosso país a mentalidade de preservação dos documentos históricos”.

Alan K. Manchester, conhecido professor e historiador americano, escreveu: “A publicação reflete o notável progresso do Arquivo. Espero me seja possível aproveitar esse desenvolvimento pessoalmente”.

Maria Luiza Marcílio, doutora em Demografia pela Universidade de Paris e titular de História Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, São Paulo, assim se referiu: “essa iniciativa que V. Ex<sup>a</sup> promoveu em boa hora, tem sido de inestimável utilidade, não apenas para minhas investigações, mas para a atualização sobre as atividades dinamizadas por V. Ex<sup>a</sup> no Arquivo Nacional (Arquivo que tão bem conheço) como sobre notícias arquivísticas. Quero salientar ainda a utilidade para mim do conhecimento através do MAN, das pesquisas e pesquisadores que têm passado pelo Arquivo Nacional. Através deste informativo pude entrar em contato com alguns pesquisadores nacionais e estrangeiros, que trabalham em campos correlatos aos de minha preocupação”.

O escritor Virgínius da Gama e Melo publicou no jornal *União* de João Pessoa, Paraíba, de 13 de junho último: “Se precisássemos de um modelo para comunicação sintética, clara, exata, este seria o “Mensário do Arquivo Nacional”.

Edmundo Moitinho e Fany Bordalo Gnutzmann, respectivamente, Secretário Municipal da Administração e Chefe do Arquivo Geral da

Prefeitura Municipal de Pelotas, Rio Grande do Sul, testemunharam: "... por intermédio desses mensários encontraremos inestimáveis utilidades para atualização de nossas atividades arquivísticas".

O eminente compatriota Embaixador Maurício Nabuco, emocionou-nos dizendo: "... a satisfação, o orgulho mesmo, pelo progresso nacional, com que recebo e leio o seu Mensário".

Miguel Ody, professor de História do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, pediu o Mensário para ilustração de aulas.

O ilustre historiador Eurípedes Simões de Paula, Diretor do Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com a sua grande experiência, afirmou: "tal publicação fazia falta ao nosso meio histórico, pois é um precioso informe não só sobre o Arquivo como também sobre as pesquisas historiográficas em desenvolvimento no Brasil".

O Prof. Walter Spalding, de Porto Alegre, julgou de excelente qualidade o MAN, acrescentando: "Era, na realidade, uma publicação que estava faltando, de vez que coloca o Arquivo Nacional a nosso alcance, pelo menos em parte, e nos fornece excelentes dados através dos trabalhos que insere ..."

O Sr. Vice-Almirante Ernesto de Mourão Sá, Diretor da Escola Naval, declarou ser: "... esforço em prol do mundo cultural brasileiro". Diz ainda: "O alto nível dos artigos selecionados, a maneira feliz com que foram agrupados e apresentados traduzem o trabalho sério e consciencioso que, de há muito, serve de apanágio à obra desenvolvida pelo Arquivo".

O magistrado e historiador Tarcísio Antônio da Costa Tabora escreveu que se está modernizando o Arquivo Nacional e fazendo-o órgão de comunicação.

O embaixador e historiador Aurélio Lyra Tavares observou que tem acompanhado as atividades do Arquivo Nacional através do Mensário, "cuja leitura me dá uma idéia de como a Instituição está, agora, posta a serviço dos pesquisadores, o que constitui, sem dúvida, a grande finalidade de um Arquivo".

German Tjarks, professor da Universidade de Albuquerque, Novo México, USA, referindo-se a diversos números do MAN que recebeu, considerou-os "sumamente interessantes" e mencionou diversas matérias que lhe mereceram especial atenção. "O melhor que tenho visto em publicações de arquivos individuais e cheio de bom material informativo".

Ainda recentemente nos dizia a historiadora de nacionalidade argentina, Alicia Tjarks, radicada nos Estados Unidos, que, graças ao registro dos pesquisadores, entrara em contato proveitoso com outra historiadora que estava trabalhando em campo semelhante ao de um estudo seu.

O escritor Fábio Lucas testemunhou, em carta: "O Mensário tem sido de uma utilidade a toda prova. Fonte permanente de atualização dos observadores do cenário intelectual do Brasil, especialmente daqueles que se voltam para a história pátria. A seção "Quem está pesquisando o que" constitui um achado maravilhoso, pois tem propiciado a intercomunicação dos estudiosos que, às vezes, se sentindo solitários em suas descobertas, passam a contar com a possibilidade de um diálogo, uma discussão. — Grato, gratíssimo pelo conforto intelectual de receber sempre e pontualmente o "Mensário do Arquivo Nacional".

O ilustre historiador e geógrafo General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos escreveu após examinar "com interesse e satisfação" o 1º número: — "É muito importante essa publicação, não somente pelo que informa e encaminha, na pesquisa dos investigadores das fontes de nossa História, como pelo que divulgará quanto a documentos originais, que assim terão assegurada a sua perpetuidade.

Esse ato meritório é digno de consagração."

O Sr. Mbá De Ferrante, Diretor do Departamento de Arquivo Público do Paraná, à vista dos dois primeiros números, oficiou para declarar: — "Ao testemunhar nosso agradecimento pela atenciosa remessa, não apenas nos congratulamos com V. Sª pelo acerto dessa iniciativa, como também nos permitimos louvá-la, eis que, num país como o nosso, onde muito pouco se lê ou se divulga sobre Arquivos, essa publicação, em tão boa hora instituída, indiscutivelmente vem preencher uma lacuna."

O Sr. Vice-Almirante Paiva Meira, Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, apreciando os três primeiros números do MAN salientou que a História Pátria, da qual o Arquivo Nacional tem o maior repositório que será coadjuvado pela "publicação referida que se inicia tão promissoramente".

Voltemos a um exemplo de comunicação arquivística no Exterior.

Os Arquivos Municipais de Brest organizam freqüentemente exposição na Biblioteca da cidade com temáticas especiais, alcançando sucesso especialmente entre os jovens, o que levou uma professora de História a conceber imediatamente a idéia de montar uma série de emissões, sob o título de Fontes e Métodos.

Um filme foi rodado no Arquivo mostrando a sala de leitura e as galerias. Respondia a perguntas simples: o que se acha no Arquivo Municipal? Para que serve? Como é classificado e por quê? Isto na base de uma conservação familiar entre os jovens e o arquivista, ilustrado com documentos descrevendo a história da cidade. Cartas patentes, plantas, gravuras, cartazes aparecem abundantemente, quebrando-se a monotonia da apresentação com flashes externos — monumentos públicos antigos e novos, trabalhos de urbanismo, ruas e passeios, o porto.

É um curtíssimo resumo da história local destinado a explicar aos jovens o interesse que a conservação e a classificação dos papéis de uma

coletividade representam para a pesquisa histórica e a boa marcha da administração pública.

Depois da exibição desse filme a exposição aberta pelo Arquivo de Brest recebeu a visita da maioria das escolas locais e de comunas vizinhas dando lugar a palestras informais. Conclui Roger Foucher, Arquivista da Cidade de Brest: "Esta associação do filme e do documento permitiu alcançar grande número de jovens e mesmo de adultos que, em muitos casos, "descobriram" o que é o Arquivo". As pequenas conferências organizadas depois para aquelas classes (da sexta às concluintes) permitiram constatar que a experiência soube provocar um interesse certo.

Já que falei numa possível deformação profissional do historiador-arquivista, mais inclinado ao enclausuramento do que ao promocionismo, muitas vezes receei que, jornalista sempre ao lado de servidor público, também houvesse levado uma deformação profissional para o que é certamente a minha última aventura no mundo administrativo, a direção do Arquivo Nacional, empenhando-me em divulgação. No entanto, relatos como este que acabo de citar demonstram o contrário, demonstram que aquilo que andamos a experimentar timidamente e com precariedade de meios está sendo realizado com método e sistema em outros países.

Neste ano das comemorações do Sesquicentenário da Independência, além das edições que o Arquivo Nacional lançou e está preparando, fez uma tiragem, como cartão postal, do Juramento de D. Pedro I à Constituição do Império, explorando a apresentação artística desse documento.

Em maio de 1971, um programa de televisão, transmitido para os Estados, via Embratel, atribuiu a um grupo de moços engajados numa gincana levar às câmaras o Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança com o original da Lei Aurea, de 13 de maio de 1888, e a caneta com que sua avó, a Princesa Isabel, a assinara. Sua Alteza possuía a caneta, não a Lei, que estava e está no Arquivo. Entendemo-nos para ajudar os rapazes a cumprir a tarefa. Fomos mobilizados desde as 18 horas e somente levados ao palco no final do programa, às 22 horas. E, enquanto um certo umbigo masculino onde fora incrustado um rubi teve demoradas focalizações, a caneta e a Lei apareceram em fração de minuto. Mas valeu a pena... Cariocas que, como bons cariocas nunca subiram ao Pão de Açúcar e ao Corcovado, ficaram sabendo que existe certa repartição pública onde se guardam coisas de grande valor e também beleza, pois a Lei de abolição de escravatura é uma obra prima de caligrafia e da arte da iluminura, em cores, azul, ouro, vermelho. E milhões e milhões de brasileiros por aí afora, tantos deles mais emotivos ou menos céticos a respeito dos motivos de orgulho cívico de um povo, certamente vibraram.

Em conclusão, o arquivista que não se comunica, como disse um desencantado profissional francês, cujo nome não foi citado, o que faz é acomodar-se à "indiferença vagamente benevolente" do grande público, mas é também, como escreveu Babelon, fechar o presente e o futuro.

DE UM CONGRESSISTA NÃO IDENTIFICADO:

*Qualquer pessoa pode adquirir o Mensário?*

R) O Mensário tem uma tiragem limitada, de modo que não seria possível atender a qualquer pessoa, isto é, a todas as pessoas. É enviado regularmente a universidades, bibliotecas, instituições históricas, historiadores que o têm solicitado, no País e no Exterior. Todo pedido é levado em consideração e, se possível, atendido. Isto porque, à falta de autonomia financeira, não se pode estabelecer um regime de assinaturas pagas. Sou partidário de que as publicações oficiais entrem nas vias normais de comercialização, sem o que não alcançam todo o público interessado.

DE A. DAMÉSIO

*Gostaria de saber o porquê da não inclusão do "Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência", publicado em 1922, na exposição do Sesquicentenário organizada por esse Arquivo. O Livro não possui valor histórico?*

R) Toda exposição tem de ser condicionada a critérios, disponibilidades de espaço, etc. Certamente as dimensões do livro a que se refere foram uma das causas, dado o tamanho uniforme das vitrines. Além disso, deu-se preferência a obras mais raras.

DE ERNESTINO FIGUEIRA

*1) Como adquirir ou receber o Mensário do Arquivo Nacional?*

R) Mandar nome e endereço que provavelmente será atendido, conforme expus em resposta a outra indagação a respeito.

*2) Se o Arquivo e o documento são elementos de comunicação, por que esta última é tão difundida e o Arquivo tão esquecido?*

R) Justamente de certo tempo a esta parte, e se fará cada vez mais; procura-se usar os instrumentos de comunicação para tornar mais conhecido o Arquivo. Este foi o tema de minha palestra, na qual se pode ver que o esquecimento a que se refere resulta de um auto-isolamento de órgãos dessa natureza, talvez no mundo inteiro.

DE CELITA GONDIM

*Muito agradeceria ao Sr. Diretor do Arquivo Nacional uma explicação convincente sobre a denominação "Congresso de Arquivologia". Por que não de "Arquivistas"? A maioria de arquivistas do Serviço Público está se sentindo marginalizada.*

R) Estamos diante de um problema de semântica. De fato, o tratamento dado à denominação "arquivista" no serviço público brasileiro, ao contrário de outros países em que a mais alta autoridade dirigente dos arquivos gerais é simplesmente chamado "o Arquivista", levou à busca de compensações ou promoções na denominação de suas funções. Quanto ao Congresso, acho que foi bem denominado "de Arquivologia" no sentido de que busca estudar assuntos mais além do que os de simples técnica de arquivo.

DE M. L. FANTIN:

*Doutor Lima: parabéns pelo seu trabalho em prol dos arquivos brasileiros. Que atitude seria recomendável no sentido da regulamentação, da preservação e eliminação de documentos (históricos, administrativos, etc.)?*

R) Há que ser baixada uma legislação disciplinadora e, ao mesmo tempo, estimuladora da preservação dos documentos. Quanto aos oficiais, aos produzidos no serviço público federal, será mais de cumprimento de disposições vigentes, mas esquecidas e de colocação do Arquivo Nacional em condições de cobrar a execução delas. Quanto aos papéis históricos em mãos de particulares, creio ser preciso adotar uma política de incentivos, partindo, inicialmente, de uma campanha antidestruição. Com referência à eliminação, assunto delicado, temos oferecido sugestões, conselhos, quando pedidos.

DE D. MATEUS

*Agradeço-lhe sua preciosa contribuição que mostra a necessidade do arquivo como fonte de cultura e progresso. Permito-me perguntar: quais as medidas que o Arquivo Nacional pretende tomar para valorizar também os arquivos particulares e fazê-los chegar ao alcance dos estudiosos? E que vai fazer para valorizar também a carreira ou profissão do arquivista?*

R) Aos arquivos particulares abertos ao público temos condições de prestar assistência técnica. Desejamos fazer algo mais, como o fornecimento de material, mediante convênio. Quanto à valorização da carreira de arquivista creio que ela resultará de medidas como o reconhe-

cimento do nível superior da formação a que se submeta. O próprio arquivista tem de valorizar-se pela sua cultura, pela atualização de seus conhecimentos. O Arquivo Nacional não tem perdido ocasião de pedir atenção para o problema e se sente mais ajudado desde a criação da Associação de Arquivistas Brasileiros.

#### MOÇÕES, SUGESTÕES, CONGRATULAÇÕES E PERGUNTAS NÃO RESPONDIDAS

##### DE MIRANDA NETTO

1) *Sua excelente exposição – digno contraponto à preciosa comunicação escrita – não deixa dúvidas. Clara e indiscutível. Apenas a título de achega conto-lhe esta: o Arthur Cesar, nosso comum amigo e luminar do Conselho Nacional de Cultura narrou-me ter encontrado, em Minas, uma velha senhora que lhe confessou, candidamente, ter queimado cartas escritas em Latim para seu marido (que era naturalista) por um tal de “Martins”. O Arthur Cesar Reis descobre que o Martins era – nada mais nada menos – o célebre Martius a quem tanto deve nossa Ciência. E como este caso quantos haverá?*

##### DE SANTOS VERANI

1) *Parabéns pela iniciativa do MAN, único no mundo. Tem sido excelente, quer na parte gráfica, quer na de conteúdo. É muito útil. O Arquivo Público de Santa Catarina o tem recebido regularmente. Muito obrigado por isso.*

##### DE MARILENA LEITE PAES

1) *Cumprimento afetuosamente o amigo Dr. Raul, e agradeço, em nome dos arquivistas da Fundação Getúlio Vargas, pelo muito que tem feito pelos arquivos e pela profissão dos arquivistas no Brasil, usando, para isso, de um dentre tantos talentos que Deus lhe deu, o talento jornalístico.*

##### DE MBÁ DE FERRANTE

1) *Leitor do MAN, desde o seu lançamento, graças à atenção do ilustre amigo, levo para minha terra a idéia, ambiciosa, de tentar algo nesse setor. Se alguma dúvida a respeito ainda existia, o seu brilhante trabalho serviu para dirimi-la. Cumprimentos cordiais e respeitosos.*

DE HELENA CORREA MACHADO

*1) Em nome dos arquivistas do Estado da Guanabara, associo-me aos justos agradecimentos que lhe estão prestando e, sobretudo, pelo que representará a aliança dos que militam na administração de documentos no Estado da Guanabara com o Arquivo Nacional.*

DE THEOPHRASTO DA PRATA LISBOA

*1) Aproveito para congratular-me com V. S<sup>a</sup> pela beleza e brilhantismo do 1º Congresso de Arquivologia, e agradeço em nome da Audiplan Assesores de Empresas Ltda. e do meu próprio por esta magnífica oportunidade de conviver por alguns dias entre colegas e pessoas tão amáveis. Muito obrigado e que Deus o ilumine, e a todos nós, no momento arquivístico atual.*